

DITADURA MILITAR E USP, ALGUNS APONTAMENTOS¹

Pedro Estevam da Rocha Pomar²

Reprodução



Gil apresenta-se na Escola Politécnica, dois meses após assassinato de Alexandre Vannucchi: show “Cálice” foi histórico

As universidades brasileiras rapidamente se tornaram alvos do regime instaurado em abril de 1964, interessado em reprimir o movimento estudantil e calar as vozes da intelectualidade de esquerda. Dentre elas, foi a Universidade de São Paulo que, tendo fornecido muitos quadros — docentes e principalmente discentes — aos grupos clandestinos de esquerda, mais sentiu as consequências do Terrorismo de Estado praticado pelos militares, que resultou no assassinato de 47 pessoas a ela ligadas. Porém, a estrutura de poder da USP compactuou com a Ditadura. Ainda hoje, a Reitoria implanta vagarosamente as medidas de reparação indicadas em 2018 por sua Comissão da Verdade

A Ditadura Militar (1964-1985) marcou profundamente as universidades brasileiras, que rapidamente se tornaram alvos do regime, interessado em reprimir o movimento estudantil e calar as vozes da intelectualidade de esquerda. Prisões de notáveis professores universitários, como Mário Schenberg, Villanova Artigas e Warwick Estevam Kerr, ocorreram já nos primeiros dias após o golpe militar, e logo foram instaurados os tristemente célebres Inquéritos Policiais-Militares (IPMs).

Em 1968, como resposta ao crescimento do movimento estudantil, os ataques da Ditadura Militar às universidades se intensificaram, antes e depois do Ato Institucional 5 (AI-5). No início dos anos 1970, os órgãos de repressão política passaram a contar com a contribuição das Assessorias Especiais de Segurança e Informação, as “AESIs”, instaladas nas próprias universidades e vinculadas à sinistra Divisão de Segurança e Informação do então Ministério da Educação e Cultura. Na USP, a AESI funcionou durante dez anos (1972-1982), exercendo diferentes papéis: triava e eventualmente vetava candidatas(as) a docente, colhia e repassava dados à chamada “comunidade de informações” sobre atividades “subversivas” na universidade e até interferia em disputas nas entidades estudantis, dando apoio a chapas politicamente alinhadas ao regime militar.

Momentos emblemáticos da relação entre o regime ditatorial e as universidades foram as invasões ocorridas na então Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo



Na UnB, Honestino Guimarães manifesta-se em assembleia estudantil

Agência Estado



Blindado do Exército durante a invasão do Crusp, 1968

(USP), já em 1964, por um contingente da Força Pública estadual, que depredou o histórico prédio da Rua Maria Antonia, além de prender um professor e seus alunos; na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 23 de setembro de 1966, episódio conhecido como “Massacre da Praia Vermelha”; na Universidade de Bra-

sília (UnB) em 29 de agosto de 1968, e no Conjunto Residencial da USP (Crusp) em 17 de dezembro de 1968; e na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) em 22 de setembro de 1977.

Invasão em grande escala, com participação do Exército, foi a da UnB. “Sob o pretexto de cumprir mandados de prisão contra estudantes, as forças policiais e militares



Memorial erguido em 2011 pela Reitoria da USP, na Cidade Universitária do Butantã (imagem captada em 2023)



Entidades representativas protestam contra decisão do reitor J.G. Rodas de excluí-las da composição da Comissão da Verdade da USP, em 2013

Daniel Garcia

dente, Honestino Guimarães. Cerca de 300 estudantes foram mantidos presos na quadra de basquete da Universidade, que se transformou, segundo o relato dos próprios estudantes, em um campo de concentração. O estudante Waldemar Alves da Silva Filho foi baleado na cabeça e perdeu um olho³. Honestino ficaria preso até novembro de 1968. Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) eleito no congresso de 1971, militante da Ação Popular (AP), foi novamente preso no Rio de Janeiro, por agentes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), em outubro de 1973, não sendo mais visto desde então. Em 1996 o poder judiciário emitiu seu atestado de óbito⁴.

Na capital paulista, a invasão do Crusp no final desse mesmo ano de 1968, quatro dias após a decretação do AI-5, com participação do Exército e da Força Pública (em São Paulo, a Polícia Militar seria criada apenas

cercaram a universidade com viaturas e caminhões de choque. Centenas de soldados invadiram prédios e salas de aulas, com metralhadoras, fuzis e bombas de gás lacrimogênio. Um dos grandes alvos da operação foi a Federação dos Estudantes da

Universidade de Brasília (FEUB), considerada pela repressão como uma organização subversiva e paramilitar”, relatam Cristiano Paixão e Claudia Paiva Carvalho.

“As forças de segurança espancaram e prenderam o seu presi-



No salão do Instituto de Geociências (IGc-USP), governo federal declara anistia de Alexandre Vannucchi Leme e Ronaldo Mouth Queiroz, em 15/3 de 2013

em 1970), deixou sequelas que não seriam descobertas de imediato, como as torturas a que foram submetidos, no quartel-general do II Exército, os irmãos Jorge Rafael Forrastal e Juan Carrasco Forrastal, estudantes bolivianos da USP. Juan, que era hemofílico e portava uma perna mecânica, viria a suicidar-se em 1972 na Espanha, como resultado de intenso sofrimento psíquico decorrente das sessões de tortura.

Em certo sentido, a incursão militar no Crusp foi o marco inicial de um ciclo de barbárie e matança que faria da USP a universidade mais atingida pela Ditadura Militar. Nada menos que quarenta e sete pessoas ligadas à USP de alguma forma — estudantes, ex-estudantes, professoras e professores — foram assassinadas pelos órgãos de repressão entre novembro de 1968 e abril de 1976. A forte atuação na comunidade universitária de grupos clandestinos de oposição ao regime atraía a atenção do DOI-CODI⁵ e de outros órgãos de repressão.

Causou comoção e revolta o calvário de Alexandre Vannucchi Leme, estudante do então Instituto de Geologia e militante da ALN. Preso pelo DOI-CODI do II Exército em 16/3/1973, na tarde do dia seguinte já estava morto. Missa em sua memória na Sé, convocada por seus colegas, reuniu uma multidão em 30 de março de 1973

Estudantes foram o segmento mais visado. O calvário de Alexandre Vannucchi Leme, o estimado “Mi-

nhoca”, estudante do Instituto de Geologia (hoje Instituto de Geociências) e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), causou comoção e revolta dentro e fora da USP. Preso pelo DOI-CODI em 16 de março de 1973, na tarde do dia seguinte já estava morto, devido às torturas sofridas de duas equipes de espancadores, “C” e “A”.⁶ Uma missa em sua memória, na Catedral da Sé, convocada pelos alunos do

curso de Geologia, reuniu uma multidão em 30 de março de 1973, naquele que talvez tenha sido o primeiro protesto de massa contra os assassinatos praticados pelo regime.

Outro caso muito conhecido é o de Tito de Alencar Lima, o Frei Tito, religioso dominicano e aluno de Filosofia da USP que foi preso em 1969, na esteira do assassinato de Carlos Marighella pelo famigerado delegado Sérgio Paranhos Fleury. Submetido a atrozes torturas no DOPS e, já em 1970, na Operação Bandeirantes (OBAN), Frei Tito ficou profundamente abalado. Matou-se em 1974, quando se encontrava refugiado na França.

Helenira Rezende de Souza Nazareth, a “Preta”, ex-aluna de Letras na USP e guerrilheira do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), morreu sob tortura nas matas da região do Rio Araguaia, no sul do Pará, após trocar tiros com o Exército, matar um soldado em combate e ser ela própria atingida. Helenira, que foi atuante no movimento estudantil

EMOÇÃO DE FAMILIARES MARCA ENTREGA DE DIPLOMAS HONORÍFICOS

Daniel Garcia



Beatriz e Miriam, irmãs de Alexandre Vannucchi, receberam o diploma honorífico a ele atribuído no IGc em 2023

Daniel Garcia



Manuella Mirella, presidenta da UNE, Iara Nazareth e Helenalda Rezende com diploma conferido a Helenira

Daniel Garcia



Felícia Reicher Madeira e Ruth Reicher, irmãs de Gelson, recebem diploma honorífico conferido pela FM

Daniel Garcia



Aluísio Ferreira exhibe diploma póstumo atribuído pela FFLCH à sua irmã Catarina Helena Abi-Eçab

Daniel Garcia



Angela Mendes após entrega do diploma atribuído a seu marido e companheiro de militância Luiz Eduardo Merlino

Daniel Garcia



Professora Nair Kobashi recebe diploma conferido pela FFLCH à sua amiga Suely Yumiko Kanayama

Daniel Garcia



Diploma póstumo atribuído a Antonio Carlos Cabral é entregue à sua irmã Tania Cristina Cabral

DOCENTES DA USP ASSASSINADOS

Arquivo de família



Ana Rosa Kucinski (1942-1974)

Arquivo de família



Norberto Nehring (1940-1970)

Reprodução



Heleny Guariba (1941-1971)

da universidade, hoje é homenageada pela Associação de Pós-Graduandos(as) da USP-Capital, que incorporou o nome dela ao da entidade.

A Ditadura Militar assassinou seis docentes da USP: Norberto Nehring, da então Faculdade de Economia e Administração (1970), Heleny Ferreira Telles Guariba, da Escola de Arte Dramática (1971), Iara Iavelberg, do Instituto de Psicologia (1971), Luiz Carlos Almeida, do Instituto de Física (executado no Chile em 1973), Ana Rosa Kucinski, do Instituto de Química (1974) e Vladimir Herzog, da Escola de Comunicações e Artes (1975).

Herzog era diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo. A chocante morte nas mãos de torturadores do DOI-CODI do II Exército, em 25 de outubro de 1975, gerou indignação na sua categoria profissional. Liderados pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, 1.004 jornalistas de todo o país assinaram manifesto que exigiu do Exército

explicações sobre seu alegado “suicídio”. Na USP, o assassinato de Herzog foi o estopim de um movimento que levou à criação da Associação dos Docentes (Adusp) em 1976.

Ademais, no dia 31 de outubro de 1975, na Catedral da Sé, a missa ecumênica em sua memória, liderada pelo arcebispo dom Paulo Evaristo Arns, pelo pastor Jaime Wright e pelo rabino Henry Sobel, derrotou o aparato policial montado para evitá-la e representou um enorme protesto político, tornando-se um marco histórico na luta da sociedade brasileira contra o regime ditatorial.

Além das perdas irreversíveis causadas por assassinatos e suicídios decorrentes de torturas, a USP sofreu prejuízos acadêmicos de todo tipo: aposentadoria compulsória de docentes, cassação de direitos políticos, processos, perseguições internas etc. Cientistas de renome refugiaram-se em outros países e passaram a lecionar no exterior. Três exemplos entre

muitos: o sociólogo Florestan Fernandes, a historiadora Emilia Viotti, o fisiologista e biomédico Thomas Maack. Outros, como o parasitologista Samuel Barnsley Pessoa, preferiram migrar para outro local de trabalho dentro do país, no caso dele trocando a Faculdade de Medicina pelo Instituto Butantã e dizendo preferir as serpentes verdadeiras a outras.

Somente em 2014 o Instituto de Química pede desculpas à família de Ana Rosa Kucinski — cruelmente demitida pela congregação por “abandono de emprego”, em 1975, quando já havia sido assassinada pelo Exército — e inaugura um monumento em homenagem à professora

PELA DITADURA MILITAR

Reprodução



Lara Lavelberg (1944-1971)

Reprodução



Luiz Carlos de Almeida (1948-1973)

Instituto Vladimir Herzog



Vladimir Herzog (1937-1975)

Findo o regime ditatorial, aprovada a Lei de Anistia em 1979, ainda assim não foi automática a reintegração de docentes cassados(as). Vilanova Artigas, um dos expoentes da arquitetura nacional, exercia na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) funções de “regente de cátedra” (equivalente a professor catedrático) quando cassado em 1969, mas retornou como simples “auxiliar de ensino”, no mesmo esplêndido prédio que ele próprio projetou. Durante anos a FAU dificultou que prestasse concurso como professor titular. Só ocorreu em 1984, “às vésperas de sua aposentadoria compulsória e poucos meses antes de sua morte”.

Nos anos de 2010 em diante, no decorrer da gestão do reitor J.G. Rodas e paralelamente à criação e ao início das atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a USP pela primeira vez experimentou um processo de debates internos sobre as cicatrizes deixadas pela Ditadura Mi-

litar. Buscava-se constituir a Comissão da Verdade da universidade, ou CV-USP. As negociações com o reitor avançaram no sentido de um formato quadripartite, que contemplaria representações dos três segmentos (docentes, estudantes e funcionalismo técnico-administrativo) e da Reitoria.

Adusp, Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) e Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre) “Alexandre Vannucchi Leme” chegaram a indicar seus representantes na futura CV-USP, entre os quais a professora Marilena Chauí. Porém, repentinamente, Rodas rompe com as entidades de representação e nomeia unilateralmente os integrantes da CV-USP, a começar pelo presidente, o afamado professor Dalmo Dallari, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Mas logo Dallari deixaria o cargo (sem sair, porém, da comissão), dada a absoluta falta de estrutura para a enorme investigação que seria preciso fazer, sendo

substituído pela professora Janice Theodoro, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

É nesse período, ainda, que a USP constrói um monumento na Praça do Relógio, em homenagem às vítimas fatais da Ditadura Militar. Ocorrem avanços pontuais, como uma grande homenagem do Instituto de Geociências (IGC) à memória de Alexandre Vannucchi Leme e de Ronaldo Mouth Queiroz, outro líder estudantil assassinado pelos órgãos de repressão, realizada em março de 2013, durante a 68ª Caravana da Anistia. Em 2014 o Instituto de Química (IQ) finalmente pede desculpas à família de Ana Rosa Kucinski — cruelmente demitida pela Congregação do IQ por “abandono de emprego”, em 1975, quando já havia sido assassinada pelo Exército — e inaugura um monumento em homenagem à professora. Para chegar-se a esse desfecho foi necessária enorme pressão da Adusp, Sintusp e movimento estudantil, ao longo de déca-



Diretor do IQ Luiz H. Catalani e vice-reitor V. Agopyan preparam-se para descerrar memorial dedicado a Ana Rosa Kucinski

das. Porém, de modo geral, o período ditatorial e suas vítimas continuaram deliberadamente esquecidos pela USP.

A CV-USP, que enfrentou grandes dificuldades materiais para levar a cabo suas investigações, precisando socorrer-se de bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para montar sua equipe de pesquisadores, publicou em 2018 relatório final, contendo revelações importantes. O documento aponta a cumplicidade de alguns reitores e diretores de unidades com o Terrorismo de Estado. Apesar disso, o Regimento Disciplinar da USP, que remonta a 1972, continua em vigor, e em pleno ano de 2024 cinco estudantes tornaram-se alvo de processo administrativo disciplinar (PAD), com possível pena de expulsão (“eliminação”) por haverem denunciado o genocídio cometido por Israel em Gaza.

A gestão do reitor Carlotti Jr. (2022-2025) decidiu dar início a um processo de reparação simbólica, cujo carro-chefe é o projeto denominado

“Diplomação da Resistência”, sugerido pela vereadora paulistana Luna Zaratini (PT) e pelo coletivo estudantil Vermelhecer. Conduzido pela Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), o projeto consiste em conceder diplomas póstumos àquelas e àqueles estudantes que a Ditadura Militar assassinou, atendendo assim a uma das recomendações da CV-USP, a de número 9. Trata-se de um evidente avanço, contudo apresenta limitações que a Reitoria finge ignorar.

A primeira delas é que o processo de diplomação *post-mortem* não é centralizado na Reitoria e depende de tramitação nas unidades onde as vítimas estudavam. São diplomas de graduação oficiais, que precisam ser aprovados pelas respectivas congregações após o devido rito processual, sempre demorado. A segunda é que as pessoas que foram trucidadas e executadas pelos centros de tortura e extermínio montados pelos militares mas que, antes disso, conseguiram concluir seus respectivos cursos

não recebem homenagem alguma, pois, como explicou singelamente a PRIP ao *Informativo Adusp Online*, já receberam “seu diploma”.

Embora anunciado, diploma honorífico da FFLCH que seria atribuído a Antonio Benetazzo não foi entregue em 26/8. Pior ainda, a Reitoria excluiu da homenagem, por haver concluído a graduação em filosofia e obtido o diploma (em 1965), a dramaturga e guerrilheira Heleny Guariba, assassinada na Casa da Morte de Petrópolis em 1971



Professor Bernardo Kucinski ao lado do memorial erguido no IQ-USP (2014)



Professor Ciro Correia fala em nome da Adusp na homenagem do IQ à família da professora Ana Rosa Kucinski (2014)

A primeira rodada do projeto “Diplomação da Resistência” ocorreu em 15 de dezembro de 2023, quando o IGc concedeu diplomas póstumos a familiares de Alexandre Vannucchi Leme e a amigos de Ronaldo Mouth Queiroz. A segunda rodada, porém,

só veio a ocorrer em 26 de agosto de 2024, quando foram diplomados 14 estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Familiares, amigos e lideranças estudantis receberam os diplomas conferidos a Carlos Eduardo Pires Fleury,

Catarina Helena Abi-Eçab, Fernando Borges de Paula Ferreira, Francisco José de Oliveira, Helenira Resende de Souza Nazareth, Isis Dias de Oliveira, Jane Vanini, João Antonio Abi-Eçab, Luiz Eduardo da Rocha Merlino, Maria Regina Marcondes Pinto, Ruy Carlos Vieira Berbert, Sergio Roberto Correa, Suely Yumiko Kanayama e Tito Alencar Lima (Frei Tito).

Não ocorreu, na ocasião, entrega de diploma a Antonio Benetazzo, artista plástico, estudante de filosofia e militante da ALN e depois do Movimento de Libertação Popular (Molipo), que foi esquecido na listagem inicial da Reitoria e, depois de corrigido o erro, passou a encabeçar a lista de 15 nomes divulgada por semanas antes da cerimônia. Contudo, por motivos que permanecem insabidos, na ocasião a FFLCH não atribuiu a Benetazzo o prometido diploma. Embora o *Informativo Adusp Online* tenha apontado esse desliz, o *Jornal da USP*, publicação oficial da Reitoria, insistiu em manter a errônea manchete da matéria online publicada em 27 de agosto, “USP diploma 15 estudantes que foram mortos durante a ditadura militar”.

Igualmente grave, além de vexatória, foi a decisão de excluir das homenagens a dramaturga Heleny Ferreira Telles Guariba, guerrilheira ligada à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e que, capturada pelo DOI-CODI do I Exército, no Rio de Janeiro, viria a ser torturada e assassinada na Casa da Morte de Petrópolis, em 1971. Heleny graduara-se em filosofia na FFLCH e chegou a dar aulas nessa unidade, antes de lecionar na Escola de Arte Dramática, vinculada

ESTUDANTES DE GEOCIÊNCIAS, FFLCH, MEDICINA, PSICOLOGIA E ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES ASSASSINADOS PELAS FORÇAS ARMADAS

Reprodução



Antonio Benetazzo
(1941-1972)

Reprodução



Antonio C. N. Cabral
(1948-1972)

Reprodução



Aurora Furtado
(1946-1972)

Reprodução



Boanerges Massa
(1938-1972)

Acervo de Mariliana Abi-Eçab



Catarina Abi-Eçab (1947-
1968) e João Abi-Eçab
(1943-1968)

Reprodução



Fernando Borges Ferreira
(1945-1969)

Reprodução



Francisco José de Oliveira
(1943-1971)

Memórias da Ditadura



Frei Tito Alencar
(1945-1974)

Reprodução



Gelson Reicher
(1949-1972)

Reprodução



Helenira Rezende
(1944-1972)

Acervo de Adriana Dias



Ísis de Oliveira (1941-1972)

Reprodução



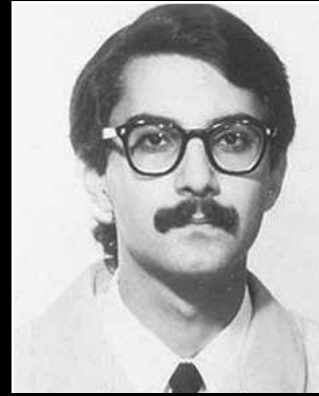
Jane Vanini (1945-1974)

Arquivo Londres 38



Maria Regina Marcondes
Pinto (1946-1976)

Reprodução



Luiz Eduardo da Rocha
Merlino (1947-1971)

Reprodução



Ronaldo Mouth Queiroz
(1947-1973)

Reprodução



Nelson de Souza Kohl
(1940-1973)

Reprodução



Ruy Carlos Vieira Berbert
(1947-1972)

Reprodução



Sérgio Roberto Correa
(1941-1969)

Reprodução



Suely Yumiko Kanayama
(1948-1974)

Roberto Nakamura



Alexandre Vannucchi Leme
(1950-1973)

à Escola de Comunicações e Artes (ECA). Seu nome chegou a constar da listagem de pessoas cuja memória seria homenageada mediante diplomação, inicialmente divulgada pela Reitoria. No entanto, pelo fato de ter sido diplomada em 1965, ela foi excluída da relação. Não ocorreu à burocracia da USP a possibilidade de lhe conferir, por exemplo, um título póstumo de doutora *honoris causa*, ao qual certamente faria jus por suas brilhantes contribuições à dramaturgia brasileira. Mas ela sequer foi citada na solenidade.

A terceira rodada de entrega de diplomas honoríficos ocorreu dois dias depois, em 28 de agosto, na Faculdade de Medicina (FM). Foram conferidos diplomas *post mortem* às irmãs de Antonio Carlos Nogueira Cabral e de Gelson Reicher, que foram presos, torturados e assassinados pelo Exército em 1972, quando tinham 23 anos. Ambos militavam na ALN. Cabral presidiu o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC) e Reicher foi diretor da entidade. Ambos envolveram-se com o Grupo de Teatro da Medicina (GTM), que Reicher dirigiu de 1969 até 1971.

Pela mesma razão que levou a Reitoria a excluir Heleny da “Diplomação da Resistência”, o evento da FM deixou de homenagear o médico e guerrilheiro Boanerges de Souza Massa, ligado ao Molipo. Diplomado pela faculdade em 1965, Massa foi preso em Goiás em 1971 ou 1972, e oficialmente declarado como desaparecido pela Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 1997.

No dia 23 de outubro, a Escola de Comunicações e Artes (ECA)

homenageou a memória de Nelson de Souza Kohl, aluno do curso de Artes Cênicas e militante do Partido Operário Comunista (POC), que interrompeu seus estudos quando passou a ser perseguido pelo aparato repressivo ditatorial e deixou o país, em 1971, refugiando-se inicialmente na Argentina e depois no Chile. Teve prisão preventiva decretada em 1972, sendo posteriormente condenado, à revelia, a dois anos de prisão. Foi assassinado em Santiago, em setembro de 1973, após ter sido sequestrado, por militares da Força Aérea chilena, da casa em que residia com a esposa.

No Instituto de Psicologia (IP), realizou-se em 30 de outubro a diplomação honorífica de Aurora Maria Nascimento Furtado, militante do movimento estudantil que atuou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e depois na ALN, assassinada pela Ditadura Militar aos 26 anos, em 1972, após ser brutalmente torturada na “Invernada de Olaria”, delegacia da polícia civil ligada ao Esquadrão da Morte. A trajetória de Aurora e seu sofrimento na tortura foram narrados no romance *Em Câmara Lenta* (1977), escrito na prisão por Renato Tapajós. Iara Iavelberg, militante da VPR que foi estudante e docente do IP, também foi lembrada e homenageada na ocasião.

O descuido da universidade com a memória de Antonio Benetazzo foi finalmente sanado em 1º de novembro de 2024, quando de homenagem realizada no auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design (FAU), com a presença de duas familiares: sua irmã, Itália Bene-

tazzo, e sua ex-companheira Maria Aparecida Horta. Benetazzo também foi aluno da FAU, como apontado pela CV-USP. Assim, na ocasião, foram conferidos a ele os diplomas honoríficos de arquiteto e de filósofo (este emitido pela FFLCH), recebidos respectivamente por Itália e Maria Aparecida. Benetazzo completaria 83 anos naquela data, registrou o *Jornal da USP*.

Apesar do avanço nas diplomações, restam por cumprir diversas recomendações importantes da CV-USP, a começar pela já citada adequação do Regimento Geral, “quanto a sanções disciplinares para o corpo docente e o corpo discente, a fim de compatibilizá-lo com a gestão democrática do ensino, princípio integrante da Constituição Federal”, que é a recomendação de número 5 e cujo descumprimento motivou críticas da aluna Laura Panassol na cerimônia realizada na FM e do aluno André Kohan na solenidade realizada no IP.

Outras providências recomendadas: “Ato de Desagravo em homenagem a todos e a todas da comunidade acadêmica que sofreram violências físicas e morais durante a Ditadura Militar” (**número 1**); constituição de um “Grupo de Trabalho permanente que dê continuidade ao levantamento de informações em arquivos, à análise dos dados e à tomada de depoimentos”, ou seja, a retomada da investigação iniciada pela CV-USP (**2**); que sejam encaminhadas ao Ministério Público “informações e documentos coletados por esta Comissão que indiquem a prática de ilícitos penais, administrativos ou civis” contra estudantes e funcioná-

rios da USP, para que haja apuração e “a devida responsabilização” (6); criação de “Observatório Permanente em Defesa dos Direitos Humanos, composto pluralmente por docentes e discentes” (11); que seja solicitado

“reconhecimento, pelas Forças Armadas, especialmente pelo II Exército [hoje Comando Militar Sudeste], de sua responsabilidade institucional diante das violações de direitos humanos que ocorreram no âmbito

da Universidade, uma vez que a documentação comprovou a relação entre funcionários da Universidade e a cúpula das Forças Armadas e do II Exército na violação dos aludidos direitos” (13).

Referências

- BARBO, Sérgio. “Estudantes da USP mortos pela ditadura são homenageados 60 anos depois do início do regime”. Pública, 27/8/2024.
- CHRISPINIANO, José; PICANÇO, Marcy; GONZALEZ, Marina. “Filha bastarda da USP, Aesi desempenhou diferentes papéis na repressão interna”. *Revista Adusp* 33 (2004).
- COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”. Verbetes “Alexandre Vannuchi Leme”.
- COMISSÃO DA VERDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. “Relatório Final”, 2018.
- GONZALEZ, Marina. “Assassinato de Alexandre Vannucchi Leme gerou protestos da sociedade”. *Revista Adusp* 34 (2005).
- INFORMATIVO ADUSP 380 (2014). “IQ anula demissão de Ana Rosa Kucinski e pede desculpas à família da professora”.
- INFORMATIVO ADUSP ONLINE. “Meio século depois, USP concede diplomas póstumos a Alexandre Vannucchi Leme e Ronaldo Mouth Queiroz, assassinados pela Ditadura Militar”, 22/12/2023.
- INFORMATIVO ADUSP ONLINE. “Seis anos depois, a USP ainda ignora doze das 14 recomendações de sua Comissão da Verdade, e as outras duas avançam vagarosamente”, 3/5/2024.
- INFORMATIVO ADUSP ONLINE. “FFLCH e PRIP excluem dramaturga e guerrilheira executada Heleny Telles Guariba da lista de ex-estudantes que serão homenageados em 26/8; justificativa é de que ela ‘recebeu seu diploma’”, 15/8/2024
- INFORMATIVO ADUSP ONLINE. “Cerimônia na FFLCH homenageou 14 ex-estudantes que a Ditadura Militar executou, mas a Reitoria esqueceu-se de diplomar Antonio Benetazzo!”, 5/9/2024.
- INFORMATIVO ADUSP ONLINE. “Na homenagem da Medicina a Antonio Cabral e Gelson Reicher, estudantes exigem fim do ‘regime disciplinar’ da Ditadura ainda em vigor na USP”, 13/9/2024.
- INFORMATIVO ADUSP ONLINE. “Instituto de Psicologia confere diploma póstumo a Aurora Furtado, assassinada pela Ditadura Militar, em cerimônia tocante que também lembrou Iara Iavelberg”, 14/11/2024;
- KUCINSKI, Bernardo. “A Reunião da Congregação”. *Revista Adusp* 52 (2012).
- MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA (site). Verbetes “Alexandre Vannuchi Leme” e “Aurora Maria Nascimento Furtado”.
- PAIXÃO, Cristiano; CARVALHO, Claudia Paiva. “50 anos da invasão da Universidade de Brasília: a luta por democracia ontem e hoje”. UnB, 31/8/2018.
- QUEIROZ, Julia. “USP diploma 15 estudantes que foram mortos durante a ditadura militar”. *Jornal da USP*, 27/8/2024.
- RODRIGUES, Camila. “Ditadura matou 47 pessoas ligadas à USP, entre alunos e docentes”. *Revista Adusp* 53 (2012).
- SANSÃO, LUIZA. “Torturas do Exército levaram aluno Juan Forrastal ao suicídio”. *Revista Adusp* 53 (2012).
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. “UnB concede diploma de geólogo a Honestino Guimarães”, 7/6/2024.
- VICENTINI, Beatriz. “Ataque à FAU abalou arquitetura brasileira e gerou crise na vanguarda”. *Revista Adusp* 66 (2022).

Notas

- 1 Versão revista e ampliada de texto publicado originalmente na edição 73 (fevereiro de 2024) da revista *Universidade&Sociedade*, do Andes-Sindicato Nacional (pp. 174-192).
- 2 Jornalista, editor da *Revista Adusp*.
- 3 “50 anos da invasão da Universidade de Brasília: a luta por democracia ontem e hoje”. Publicado em 31/8/2018 no site da UnB.
- 4 Vide verbete “Honestino Monteiro Guimarães”, no site Memórias da Ditadura. No dia 7 de junho de 2024, o Conselho Universitário da UnB anulou a decisão que expulsou Honestino Guimarães da UnB (tomada em 1968) e aprovou, por aclamação, a concessão do diploma de geologia *post mortem*.
- 5 Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna. Cada CODI, comandado por um general, chefe do Estado-Maior do respectivo Exército (no caso de São Paulo, II Exército, hoje Comando Militar do Sudeste), tinha seu DOI, comandado por um major ou tenente-coronel. O DOI-CODI do II Exército, situado na rua Tutóia, na capital paulista, foi o maior centro de torturas da Ditadura Militar e por lá passaram milhares de presos(as) políticos(as). Pelo menos 50 foram assassinados.
- 6 Vide respectivo verbete no site da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (Alesp).